



Muçulmanos e Cristãos: Uma definição nem sempre tão fácil da alteridade dos fiéis das duas crenças

Maria do Carmo Parente Santos¹

RESUMO

Muçulmanos e cristãos: uma definição nem sempre fácil da alteridade dos fiéis das duas doutrinas

A pregação do profeta Maomé levou ao surgimento de uma terceira fé monoteísta no Oriente e as conquistas muçulmanas alteraram profundamente o equilíbrio de forças políticas e militares na região. Em vastos territórios judeus, cristãos e muçulmanos viveram lado a lado. O tema de nosso trabalho é uma reflexão sobre o processo de afirmação de uma identidade genuinamente islâmica frente aos seguidores do cristianismo e do judaísmo.

Palavra Chave: Alteridade – Islamismo – Cristianismo

ABSTRACT

Muslims and Christians : a definition always easy of altering faithful people of two doctrines

The preaching of Mahomet prophet led to the arisement of a third monotheist faith at the Middle East and the Muslims conquests deeply altered the balance of political and militar forces of the region . In vast territories ,christians , jewishes and muslims lived side by side .The theme of our work is a reflexion about the process of the genuine islamic identity face to the followers of Christianity and Judaism

Key words: Altering – Islamism – Christianity

¹ Professora Dra. Em História Medieval da UERJ e professora do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA-UERJ).



A vitória dos turcos seldjúcidas sobre as tropas bizantinas em agosto de 1071 foi um duro golpe para os exércitos cristãos, uma vez que abriu caminho para o assentamento do inimigo na região da Anatólia. É difícil não se reconhecer neste evento o ápice de um processo de expansão muçulmana iniciado logo após a morte do fundador do islamismo.

O surgimento do Islã e a sua conseqüente expansão ocorreram num momento em que as vitórias do imperador Heráclio sobre o império sassânida pareciam ter efetivado definitivamente a soberania cristã sobre a Ásia Menor, Egito, Síria e Mesopotâmia, áreas importantes por seus imensos recursos naturais e humanos.

Os governantes dos impérios bizantino e sassânida foram pegos de surpresa, quando se iniciaram as primeiras investidas dos muçulmanos sobre suas fronteiras. A perspectiva com que ambos encaravam os árabes não era das mais lisonjeiras. As tribos nômades habitantes da península Arábica vivendo em permanentes conflitos umas com as outras não pareciam constituir uma ameaça aos dois impérios, que não acreditavam que estas pudessem transcender seus ódios tradicionais, aliando-se para a formação de uma unidade política obediente a um único governo.

Mas, o tribalismo e o modo de vida nômade dos beduínos era uma característica da Arábia setentrional e média, e não de toda a região. No sul florescia uma apreciável cultura urbana, possível pela construção de grandes diques e sistema de irrigação. Sua posição - saída do mar Vermelho - tornava-a ponto de convergência das grandes rotas mercantis Oriente- Ocidente e ainda local de ligação comercial entre o oceano Índico e as rotas terrestres que se dirigiam para a Síria e o Egito.

Mas, uma região cuja posição favorecesse o comércio acabava sempre por levar ao abandono do nomadismo. Tal fenômeno pode ser observado em Meca, posicionada no entroncamento de duas grandes rotas de caravanas, tornou-se por este motivo um vigoroso entreposto comercial, dirigida por uma aristocracia de ricos comerciantes.

Os árabes não viviam isolados em seu território interagindo com persas e bizantinos das mais diversas maneiras : trabalhavam como soldados mercenários , mas



também praticavam o comércio fornecendo aos dois impérios camelos , incensos ou escravos.

Além disso, os governos de ambos os impérios defendiam suas fronteiras de eventuais invasões incentivando a formação de pequenos estados clientes semibeduínos governados por príncipes árabes.

As contínuas relações entre bizantinos e árabes e, mesmo entre estes e os judeus explicam o aparecimento, a partir do século VI de uma mudança espiritual, mudança esta que apontava em direção ao monoteísmo denunciando uma grave insatisfação com a religião politeísta tradicional.

O aparecimento de uma terceira fé monoteísta na região não foi percebida de imediato. Primeiramente porque as querelas religiosas que sacudiram periodicamente o império bizantino tornavam fácil acreditar que o islamismo seria apenas outra corrente teológica desviante da ortodoxia imposta pelo clero de Constantinopla. E talvez, a própria ausência da idéia de pluralismo religioso tornasse impossível conceber o surgimento de uma nova religião, uma vez que acreditava-se ser a Bíblia a fonte legítima de todo o conhecimento espiritual.

A pregação de Maomé e a conseqüente formação da *Umma*, significou a suspensão das lutas tribais e a canalização da agressividade para fora da península Arábica, exatamente para regiões pertencentes aos impérios persa e bizantino. Estes estavam por demais ocupados em manter uma guerra um contra o outro, conflito que se arrastou do ano de 602 até 628, exaurindo as riquezas e os exércitos de ambos.

Em 629 uma coluna de beduínos, comandada pelo filho adotivo de Maomé atacou *Mu'ta* , fortificação bizantina no mar Vermelho. Este foi o primeiro passo de um processo que levou os exércitos árabes a alcançar a Espanha e o Turquestão. Mas, para as autoridades bizantinas *Mu'ta* não passara de uma escaramuça de fronteira sem uma importância maior. Mas em dez anos desapareceria o império persa varrido pela força das tropas muçulmanas enquanto Bizâncio passou a viver em constante estado de alerta devido a crescente pressão islâmica, que se mostrara tão avassaladora que no ano de 640 arrebatou-lhe sua mais rica província—o Egito.



Durante muito tempo explicou-se a rapidez da conquista muçulmana pela capacidade dos homens que compunham seus exércitos de enfrentarem as mais duras provações, uma vez que estavam habituados ao modo de vida nômade dos beduínos, aliado à ambição de obter a posse de enormes riquezas. Contudo, uma análise mais acurada sobre a situação do Oriente bizantino demonstra que existia uma debilidade intrínseca na capacidade do governo de Constantinopla em fazer-se obedecer em suas diversas províncias.

Tal situação era, sem dúvida, o resultado das inúmeras querelas religiosas que durante séculos sacudiram o império, criando dissensões que na maioria das vezes sob o manto religioso expressavam insatisfações de caráter político, aumentadas pela rigorosa política fiscal estabelecida pelo imperador Heráclio, com o intuito de obter recursos, pois a guerra contra os persas esvaziara o tesouro.

Além disso, o fator cultural também era um fator ponderável nas difíceis relações do império com suas províncias. No caso da Síria e do Egito, a primeira possuía uma cultura aramaica enquanto a cultura egípcia era copta. A população de ambas as regiões adotara o monofisismo. Assim, não havia nenhuma identificação com o governo bizantino, tanto sob o ponto de vista étnico quanto cultural.

A lealdade destas populações em relação ao Império Bizantino era bastante fraca e podemos acreditar que não houve a oposição de uma forte resistência ao avanço muçulmano. Fontes siríacas informam-nos que a expansão árabe foi considerada como um castigo divino enviado por Deus para punir o pecado dos imperadores bizantinos, especialmente Heráclio, cuja feroz política em relação às comunidades monofisistas e nestorianas havia trazido um enorme ressentimento contra o domínio imperial.

A própria postura tolerante dos invasores, que não forçaram a conversão de cristãos e judeus, vistos como *al-kitab* (povos do Livro) e por isso participantes da verdade levou a uma rápida acomodação entre conquistadores e conquistados.

A tolerância dos primeiros califas foi um reflexo da própria carreira do Profeta, que fundara um império religioso na Arábia, usando muito mais a diplomacia do que a



guerra. Assim, os comandantes muçulmanos ofereciam condições generosas – proteção e tolerância— em troca de um tributo fixo, obtendo desta forma a rendição de importantes cidades, como foi o caso de Damasco e Alexandria.

A conquista estendeu-se e no século VIII abarcava terras que se estendia do rio Tejo, em Portugal, ao rio Indus no Paquistão, do Atlântico ao mar de Aral, na Ásia Central, do sul do Saara aos montes Pirineus entre a Espanha e a França. As vitórias conseguidas neste empreendimento legitimaram-se sob a égide da *jihad*, ou seja, da luta contra o infiel. É bem verdade, que este não é o único nem o primeiro significado desta palavra, que na sua origem queria dizer “*combate na senda de Deus contra si mesmo a fim de se aperfeiçoar*”.

Uma segunda expansão ocorreu no século XI e não apresentou um caráter militar, mas foi realizada por comerciantes e missionários que adentrando da Índia Meridional, do arquipélago das Maldivas, da ilha de Sumatra, da Malásia, da China Meridional, do arquipélago da Indonésia, da África Oriental, da Etiópia e do Sudão procuraram converter os príncipes e soberanos locais. A expansão do islamismo nestas regiões configurou-se num processo de larga duração temporal.

A empresa militar iniciada logo após a morte do Profeta conheceu sua maior expansão a oeste com a conquista da Sicília entre 827 e 902. A guerra santa havia chegado ao fim com a ascensão do califado abássida, que mudando a capital para Bagdá no Iraque transformou o califado do império mediterrâneo em império asiático.

O processo de expansão colocou os árabes muçulmanos em contato direto e, por vezes, bastante estreito com povos das mais diversas religiões. Os de fé monoteísta fizeram jus à tolerância, por meio de um pacto - *dhimma* - que, se por um lado garantia-lhes o direito de continuarem praticando sua própria religião, gozando mesmo de certo grau de autonomia comunal; por outro os obrigava a pagar a *jyza*, imposto por cabeça.

Desta forma, numerosas minorias cristãs sobreviveram em números expressivos no Egito, Síria, Líbano e Palestina, embora o mesmo não tenha ocorrido na



Ásia Central, sul da Arábia e norte da África. Contudo, budistas, hindus e animistas, não fizeram jus à tolerância dos conquistadores.

O islamismo é apresentado no Corão como uma religião que se define por sua oposição às outras (*umma dunal-nas*). Que podemos traduzir como povo ou comunidade distinta do resto da humanidade. Derivada desta idéia a perspectiva política tornava-se bem clara , quando os territórios dominados pelo Islã eram denominados *Dar al-Islam*, ou seja, Casa do Islã; enquanto as terras sob outra soberania eram vistas como *Dar-al-Harb* - Casa da Guerra, que deve ser conquistado para a *charia* , a lei islâmica, e isto poderia ser feito seja pela pregação da palavra, ou se esta se mostrasse inútil, pela força das armas.

Mas, esta rígida polarização mostrou-se inexequível durante o processo expansionista, obrigando os juristas a criarem outras categorias. O chamado *Dar el Soth* (território da trégua) podia-se conservar em paz mediante o pagamento de tributos aos muçulmanos. O reconhecimento de que determinados territórios não poderiam ser conquistados pela superioridade militar ou numérica dos infiéis ou mesmo por imperativos econômicos, técnicos e sociais levaram a que as relações com estes fossem regidas pela *daruriyya* , ou seja , pelo estado de necessidade.

Mas, a constituição de uma marcada alteridade islâmica foi um processo longo. Em relação aos povos politeístas havia desde o início a consciência bastante forte da diferença, emanada do ensinamento fundamental do Profeta, Deus é Único. Mas, o mesmo não ocorria em relação aos dois outros povos de fé monoteísta.

Tais como os fiéis do judaísmo e do cristianismo, o mulçumano é um homem “temente a Deus” e preocupa-se com o Juízo Final. Como acima já dissemos judeus e cristãos como povos do Livro --o *Antigo Testamento*— não foram obrigados a converterem-se. Isto aliado ao fato da contínua convivência entre estes e os muçulmanos criou o medo de a uma “contaminação” da fé islâmica.

Para compreendermos melhor esta questão devemos refletir sobre alguns pontos importantes para entendermos as dificuldades que se apresentaram, primeiramente ao próprio Profeta e, posteriormente aos diversos califas no processo



de definição de uma teologia muçulmana própria, livre das idéias oriundas do judaísmo e do cristianismo.

Como já o dissemos, desde muito cedo as tribos beduínas entraram em contato com cristãos e judeus, tendo um grande número destes últimos habitado na península Arábica. Deste modo sabemos que na região, quando Maomé começou sua pregação, já haviam tribos convertidas ao cristianismo e ao judaísmo.

Em Hira existia, por volta de 510 um bispado nestoriano, fazendo surgir no século VI uma comunidade arábico-nestoriana (*'ibad*), que por sua combinação de grupo religioso e organização tribal, constituiu-se num prenúncio da comunidade islâmica. Tribos beduínas foram cristianizadas a partir do reino gassânida, sendo que algumas destas possuíam seus próprios bispados.

Não podemos esquecer que, segundo a tradição, em Meca acreditava-se que a *Caaba* havia sido fundada por Abraão e à princípio dedicada a um único deus, mas a maldade dos homens acabaram por desvirtuar este objetivo, dedicando-o a numerosos deuses. Deste modo, podemos afirmar que os elementos que no final do século VI impulsionaram uma mudança espiritual na península Arábica foram o cristianismo e o judaísmo.

A oposição às predicções de Maomé em Meca não se fundamentavam numa rejeição ao monoteísmo, mas por suas idéias escatológicas e a severa condenação ao politeísmo, especialmente das divindades locais. A animosidade dirigida ao Profeta era reforçada pelo ressentimento social e pelo temor que suas prédicas pudessem prejudicar a lucrativa indústria da peregrinação.

A *Hégira* significou o primeiro passo no processo de definição do islamismo. Até sua chegada em Medina, Maomé acreditava que a revelação que lhe fora feita era a mesma anunciada a judeus e cristãos, mas a refutação feita pelos primeiros de sua mensagem modificou a sua concepção de missão religiosa. Embora, continuasse afirmando que Moisés e Cristo não eram falsos profetas, explicava que eles não conheciam a verdade plena, ou seus seguidores haviam-na conspurcado após a morte



de ambos. A mudança no costume de rezar voltando-se para Meca e não mais para Jerusalém foi um reflexo do distanciamento do Profeta das influências hebraicas.

Mas, a contínua convivência dos muçulmanos com cristãos e judeus dentro dos territórios conquistados tornava sempre presente a ameaça de que a doutrina islâmica fosse “contaminada”. Tal convivência foi provocada pelas necessidades da montagem de um sistema administrativo, tarefa impossível de ser realizada sem a admissão de cristãos e judeus como funcionários.

Além disso, não podemos esquecer outra contribuição de vital importância recebida pelos muçulmanos dos “*infiéis*”: foram eles que lhes apresentaram a cultura da Antiguidade helenística e persa. Outrossim, estes conheceram por meio dos seguidores de Maomé, a sofisticada literatura poética nascida no deserto, e se deixam por ela encantar.

Nas terras do Crescente Fértil dominadas pelos muçulmanos estabeleceu-se uma estreita cooperação entre estes e os cristãos em dois campos em que os estudos serviam para o avanço de ambos : os de serviço profissional e intercâmbio intelectual.

Durante o século dos califas *omíadas* os costumes beduínos ainda estavam muito presentes, conferindo uma superioridade social aos árabes evitando que eles perdessem a sua individualidade no meio da imensa população de povos conquistados, pois no século VIII somente uma minoria muçulmana (cerca de 10%) podia ser contada na população do Irã, Iraque, Síria, Egito, Tunísia e Espanha.

No século X esta situação havia se modificado, tendo grande parte da população destas regiões se tornado muçulmana, tanto a população urbana quanto um considerável número de habitantes das zonas rurais. Isto pode ter ocorrido porque a linha entre fiéis e infiéis estava mais nitidamente estabelecida, tendo se definido mais claramente todo um sistema de ritual, doutrina e lei próprio dos seguidores da fé islâmica. Isto reforçou o sentimento de identidade dos seguidores dos ensinamentos do Profeta, levando-os a perceberem-se como muçulmanos, seguidores de uma fé monoteísta, que embora, na sua gênese devesse muito ao judaísmo e ao cristianismo havia ao longo do tempo adquirido uma feição própria.



Bibliografia:

FLECTHER, Richard. *A cruz e o crescente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

KENNEDY, Hugh. *Las Grandes Conquistas Árabes*. Traducción castellana de Luís Noriega. Barcelona: Critica, 2007.

LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*. 2ª ed, Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

MENOCAL, Maria Rosa. *O ornamento do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WHEARCROFT, Andrew. *Infiéis: o conflito entre cristandade e o Islã 638-2002* tradução Marcos José Cunha, Rio de Janeiro: Imago Ed, 2004.